

Folha Socialista

ANO I - 15 de Agosto de 1948 - N.º 10
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Horla
Gerente:
Febus Gikovate

Redação:
Praça da Sé, 237-2.º and
Telefone 3-2520
SÃO PAULO — BRASIL

CONTRA A NOVA LEI DE SEGURANÇA

Resolução da CE reunida em Santos - Pela imediata revogação das leis de exceção

A bancada socialista da Câmara Federal votou, de acordo com decisão prévia da Comissão Nacional, a favor da lei de reforma dos militares, substitutivo Afonso Arinos. A Comissão Executiva Estadual de São Paulo, foi de parecer que esta atitude não correspondia à orientação e aos interesses do Partido Socialista Brasileiro. Propôs que fosse incluída no ordem do dia da reunião plenária da Comissão Nacional, do 20 de Maio, a discussão do assunto, a título de auto-crítica de acordo com o art. 60 dos estatutos, a discussão da atitude do P.S.B. em face da referida lei. Discutido o assunto, foi aprovada, por seis votos contra cinco, a seguinte resolução: "A Comissão Nacional verifica que para os interesses do Partido Socialista Brasileiro teríamos mais conveniente votar contra a lei de reforma dos militares".

Na reunião da Comissão Executiva Nacional, que se seguiu à reunião plenária da Comissão Nacional, alguns membros ausentes nesta última, fizeram declaração que votariam contra a referida resolução, caso presentes. A Comissão Executiva Nacional comunicou à Comissão Estadual de São Paulo que a questão seria novamente debatida na próxima reunião da Comissão Plenária e que seria enviado material a respeito às Comissões Estaduais. A Comissão Executiva Nacional assim procedida, dado o fato de ter sido a referida resolução aprovada por uma maioria ocasional. A Comissão Estadual de São Paulo reconhece que a maioria foi ocasional. Reconhece também que, dada a importância da questão, que a seu vez envolve posição de princípios do Partido é de desejo uma nova manifestação do órgão dirigente máximo do Partido. Acha necessário que se evite, a todo custo, uma nova maioria ocasional. A Comissão Nacional se

compõe de quinze membros, residentes na Distrito Federal, mais os presidentes das Comissões Estaduais. A próxima manifestação da Comissão Nacional só não será possível de atribuída a uma nova maioria ocasional se todas as Comissões Estaduais se manifestarem a respeito, cada uma com um voto a que têm direito.

A Comissão Executiva Estadual de São Paulo resolveu submeter o seu ponto de vista à apreciação da Comissão Estadual plenária e enviar cópia do documento a todas as Comissões Estaduais (de acordo com a recomendação da Comissão Nacional na sua reunião de 15 de Dezembro de 1947), que, de posse também do documento a ser encaminhado pela Comissão Executiva Nacional, poderão discutir a questão e opinar o respeito.

Assim procedendo, a Comissão Executiva Estadual de São Paulo, está certa de que contribui para o esclarecimento da nossa política, de

que se mantém rigorosamente de acordo com os estatutos do Partido. A discussão não pode se limitar ao aspecto jurídico formal do problema. Deve, antes de mais nada, focalizar o seu aspecto político. O P.S.B. considerou e considera atos atentatórios ao regime democrático o fechamento do P.C.B. e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda. Lutou na Câmara e fóra dela, com todas as suas forças, contra estes atentados à nossa Constituição e ao regime democrático. Mostrou, pela voz de seus parlamentares, os perigosas consequências, sob a forma de lei de exceção, correlativas inevitáveis das decisões anti-democráticas já tomadas. Mais de uma vez os parlamentares do P.S.B. denunciaram da tribuna da Câmara as violências e as arbitrariedades dos órgãos policiais que não respeitavam os direitos do cidadão consignados na Constituição. Tanto é isso grave que o deputado Raul Pila achou que necessitávamos de uma lei de segurança do cidadão e não do Estado. O Estado tem o direito de se defender contra as tentativas de subversão violenta das instituições vigentes. Pode e deve fazê-lo através de dispositivos do Código Penal que punem os atos de subversão. Não podemos, entretanto, concordar que se façam leis de exceção que visem grandes setores da população aos quais foi tirado a possibilidade de uma atuação legal no terreno político. Não

podemos fornecer armas que serão utilizadas indiscriminadamente contra os adversários políticos da situação. O texto da lei, quando diz "propagarem doutrinas de associações ou partidos, que tenham sido impedidos de funcionar legalmente" está em desacordo com a Constituição que garante a liberdade no terreno doutrinário. Um partido político pode perder a existência legal devido a atos que põem em perigo os institutos democráticos e não devido à sua doutrina, expressa em seu programa. Caso contrário não teria conseguido registro. É fácil relacionar doutrinas com partidos políticos ilegais, desde que se tornem

incômodas às classes dominantes. Este é o perigo principal desta lei e de suas similares. O Partido Socialista não pode concordar com nenhuma restrição no terreno doutrinário. Só pode admitir penalidades contra os atos de subversão violenta, a sua preparação e incitamento para os mesmos. E nesse caso, os dispositivos das leis militares são bastante claros e suficientes.

Linha de conduta análoga deve ser seguida pelo Partido Socialista em face das outras leis em elaboração. Não lhes podemos dar o nosso voto. Só podemos admitir a existência no Código Penal de dispositivos. Continua na 3.ª pag.

COMPLETA AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAIS

Por eleições livres, e contra a interferência governamental nas organizações de classe

1. — A organização sindical dos trabalhadores deve ser regulada por lei que assegure a mais completa autonomia e liberdade dos sindicatos. Os dispositivos legais devem limitar-se a estabelecer o estabelecimento das normas fundamentais destinadas a assegurar os direitos dos sindicalizados e a possibilitar o funcionamento de suas associações. Os socialistas não podem aceitar a ingerência, sobre os sindicatos, de

qualquer organismos estranhos da composição administrativa ou mista — patronal operária. Tanto a direção dos sindicatos como a gestão de seus fundos são questões de exclusivo interesse dos trabalhadores. A unidade sindical dos trabalhadores, que é um ideal a ser atingido, não pode ser alcançada por meio de leis restritivas, nem de medidas coercitivas; ela deve ser obra dos próprios trabalhadores, realizada em virtude do amadurecimento de sua consciência política.

2. — Assim sendo, a Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo, tendo em vista os dispositivos do ante-projeto de lei sindical ora em curso no Parlamento Nacional, manifesta-se:

3. — Contra a limitação dos sindicatos a um único tipo — o tipo profissional — entendendo que deve ser deixada aberta a possibilidade de constituição de sindicatos à base de indústria, de empresa, de local de trabalho, profissionais, de atividades conexas, ou mistos, conforme a conveniência.

4. — Contra a proibição da existência de mais de um sindicato da mesma profissão ou da mesma atividade econômica no mesmo âmbito territorial.

5. — Contra a fixação de um limite numérico ou proporcional mínimo, para a constituição inicial dos organismos sindicais.

6. — Contra o estabelecimento de regras rígidas para a organização da administração dos sindicatos.

7. — Contra a fixação de um número pré-determinado de federações ou confederações nacionais.

8. — Contra a instituição de Tribunais Sindicais.

9. — Contra a cobrança de imposto sindical aos trabalhadores sindicalizados.

10. — Contra as restrições aos direitos dos operários estrangeiros.

11. — Contra a restrição do direito de voto aos menores sindicalizados.

Continua na 4.ª pag.

Continua na 3.ª pag.

Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado

O PSB saberá distinguir a massa proletária da elite comunista dirigente

A Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro, Seção de São Paulo, reunida em Santos no dia 27 de Junho de 1948, considerando o problema da posição que os socialistas devem assumir em face da orientação seguida pelo Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade graças a uma situação que contribuiu para criar com os seus desmandos teóricos e práticos, mas que representa principalmente um ataque reacionário à liberdade de associação, considera fundamentais os pontos seguintes:

1.º — O Partido Socialista Brasileiro é contrário tanto ao comunismo russo quanto à sua expressão local, o Partido Comunista do Brasil.

2.º — Entre o comunismo como doutrina, e o socialismo democrático, existe uma convergência de objetivos, visto que ambos lutam pela socialização da propriedade, com as consequências decorrentes daí, no campo da produção, da distribuição e da organização social — inclusive a supressão progressiva do arcabouço do Estado como forma suprema de controle.

3.º — A referida convergência não existe, todavia, em relação ao capitalismo de Estado que, na URSS esclerosou numa ditadura permanente o processo de socialização. Segundo as concepções mais elevadas do humanismo ocidental, de que o socialismo é o herdeiro legítimo, os meios empregados para obter um fim não podem substancialmente ser destacados deste, sob pena de desvirtuá-lo ou, por ou-

tras palavras, e fim não é mais do que a cristalização dos meios e sua projeção definitiva. Ora, na URSS — não importa indagar se por contingência histórica ou por desvio político — a concentração estatal criou uma contradição desumana, e portanto anti-socialista, entre a razão de Estado e as forças produtivas. Aquela, encarnada numa poderosa e vasta elite burocrática, estas, como nos estados burguezes, mantidas na condição proletária, quando não exploradas em campos de concentração sob a forma de trabalho forçado. Assim sendo, os socialistas declaram que não havendo identificação do capitalismo russo de estado com o comunismo, não há convergência de alvo, mesmo remota, entre ele e o socialismo.

4.º — O desenrolar dos acontecimentos e o colapso em nossos dias o problema da conduta política como escolha entre a adesão ao capitalismo russo de estado e o capitalismo burguez norte-americano — ambos na fase suprema das suas manifestações imperialistas. Para muitos, a escolha pareceu inevitável, e na Europa vários partidos socialistas optaram por um lado ou

outro. O Partido Socialista Brasileiro acha que tal escolha, na fase atual, e para os brasileiros, é não apenas desnecessária como prejudicial. Repelindo o imperialismo soviético, repele igualmente o imperialismo norte-americano que nos ameaça diretamente com a voracidade insaciável dos seus trustes.

Continua na 4.ª pag.

Continua na 3.ª pag.

RELATÓRIO DA SECRETARIA DA COMISSÃO MUNICIPAL

Ao iniciar o relatório da secretaria da Comissão Municipal, que deve versar sobre questões gerais de organização e funcionamento do Partido, no período compreendido entre janeiro e junho deste ano, propomos-nos externar algumas observações críticas e opiniões que, muito embora tenham muito do pessoal, representam o fruto de nossa experiência organizatória, em função do cargo ocupado, nesses últimos seis meses. Entendemos que não devemos apresentar ao julgamento crítico dos companheiros reunidos em assembleia, apenas alguns números que representem a estrutura e o funcionamento desta Comissão Municipal, mas, antes de tudo, uma exposição crítica das falhas e progressos verificados e suas causas, enfim, dos fatores positivos e negativos de nosso trabalho partidário, no âmbito municipal, afim de que, ao deixar o mandato, possamos transmitir aos companheiros da nova Comissão a ser eleita, um pouco da experiência obtida, o título de contribuição para um melhor desenvolvimento do Partido.

Sabemos que a Comissão Municipal deve ter suas atividades mais orientadas num sentido administrativo, cabendo-lhe especificamente manter a estrutura orgânica do Partido, pelo controle e movimentação dos seus organismos de base — os grupos. Mas, num partido político, sobretudo num partido socialista, cuja ação deve ser profundamente educativa, não é possível haver órgãos puramente administrativos, porquanto a vida orgânica está condicionada à atividade política, que é o seu fundamento e a sua finalidade. Por isso, ao examinarmos os déficiências organizatórias do Partido, representadas pelas suas organizações de base, temos de levar em conta, antes de tudo, os fatores políticos

que os determinam.

Teríamos de alongar demasiado este relatório, se fossemos examinar todos os fatores políticos que atuam sobre o nosso Partido, determinando as suas debilidades organizatórias atuais. Um relatório de âmbito municipal não comportaria, mesmo, um exame dessa natureza. Entretanto, temos de assinalá-los, afim de não cairmos em falsas apreciações.

As debilidades políticas de nosso Partido são, em parte, as de todos os partidos socialistas dos demais países e, em parte, decorrentes da situação especial do Brasil ou de defeitos orgânicos e políticos do próprio Partido. Sabemos que a situação dos socialistas, em todo o mundo, é difícil, comprimidos que se vêem entre os dois blocos imperialistas americano e russo — sem grandes possibilidades de oferecerem às massas empobrecidas e espoliadas uma terceira saída próxima, uma perspectiva imediata de solução. Enquanto a posição reacionária, do capitalismo clássico de um lado, e a dos comunistas, de outro lado, se apresenta fácil e acessível às grandes massas — jogar no perde ou ganha tudo no Jogo da Rússia — a posição socialista se apresenta difícil, uma posição raciocinada que exige, ao mesmo tempo, energia revolucionária e combatividade esclarecida. No Brasil, temos a agravante da falta de uma tradição socialista, do baixo nível político e associativo de nosso povo, da tradição caudillesca política brasileira, dificultando a ação de um partido de estrutura democrática como o nosso, o alheio a que se sempre se mantiveram o proletariado e a classe média — bases naturais do nosso Partido — a vida política, a predominância de elementos da classe média em nossos fileiras partidárias, com os na-

turais entres decorrentes do individualismo e ausência de espírito disciplinado dessa classe, e outros fatores semelhantes. Entretanto, um fator positivo teríamos de assinalar, representando uma vantagem para o P.S.B.: — a desmoralização e o esfacelamento de quase todos os demais partidos, que foram incapazes de se manterem como autênticos partidos, fora da agitação das épocas de eleições, através de uma atuação permanente, empagosa e educativa. Mas, infelizmente, esse fator positivo não tem sido, a arca ver, aproveitado devidamente, cabendo nisso, sem dúvida, sérias responsabilidades aos organismos superiores do Partido.

Não temos sabido contrapor à inércia e ao vazio dos demais partidos políticos, uma ação firme e energética de proselitismo e propaganda em torno de nosso programa e de nossas posições políticas fundamentais. Não temos sabido contrapor à incapacidade moral, ideológica e burocrática perante as massas populares, uma política firme, de afirmação de princípios novos, revolucionários no panorama brasileiro, de valores morais, políticos e ideológicos capazes de incutirem em nosso povo animo combativo e perspectivas de um futuro mais digno no estado de desilusão e confusão em que se encontra esse nosso povo. Temos mantido certo di-

letantismo no encarar a vida partidária e certa timidez no encarar os acontecimentos políticos, limitando-nos a posições defensivas — defesa da legalidade, defesa da ordem democrática, esquivando-nos que essa posição desmota toda combatividade e perde muito do prestígio do Partido perante as massas populares, porque para muitos se apresenta com o aspecto de defesa do estado de coisas atual e da ordem social dominante. Temos nos limitado, também, em grande parte, a tomar posição em acontecimentos provocados pela ação governamental ou pela ação de outros partidos políticos — os comunistas de um lado e os partidos burgueses de outro — como se fôssemos incapazes, pela nossa pequena expressão numérica, de dar causa a acontecimentos políticos ou de modificá-los pela nossa intervenção.

Tais debilidades políticas se refletem, necessariamente, na vida orgânica do Partido e de forma poderosa, determinando a fraqueza de sua base. E isso pode ser observado claramente nos organismos de controle da base partidária de mais responsabilidade, como é a Comissão Municipal de São Paulo.

A atual Comissão, eleita o 19 de janeiro, contava com quinze membros que, na ocasião, foram julgados dos mais capazes e ativos, em São Paulo, excluídos os que já possuíam cargos na Comissão Estadual. Entretanto, a maioria desses companheiros fracassou no desempenho da missão que lhes confiou os companheiros. Forçado a confessá-lo, a Comissão Municipal que ora deixou o mandato, esteve muito abaixo das responsabilidades que lhe incumbiu. Dos quinze membros elei-

Continúa na 3.ª pag.

RESPOSTA DO VEREADOR SOCIALISTA

Respondendo a certas insinuações caluniosas dirigidas à sua pessoa na câmara dos Vereadores, o companheiro Cid Franco pronunciou estas palavras:

Quanto à insinuação, que pela segunda vez foi feita nesta Câmara, de ser eu um elemento comunista infiltrado no Partido Socialista Brasileiro, venho dar a resposta da meu partido e a minha resposta, esperando que os nossos Vereadores acreditem na sinceridade da palavra do meu partido e na sinceridade da minha palavra.

Tenho em mãos uma carta. É a palavra do meu partido:

"S. Paulo, 25 de maio de 1948. Companheiro Cid Franco: A Comissão Municipal do Partido Socialista Brasileiro, em face da insinuação de que a companheiro é um comunista infiltrado em nosso partido, manifesta a sua repulsa à atitude de quem quer que lance mão desse expediente como arma política.

Realizamos nossa inteira aprovação à conduta, ideias e orientação do companheiro, que se encontram em perfeita consonância com o programa e os princípios do nosso partido. (a) Fulvio Abramo, presidente da Comissão Municipal. De inteiro acordo com os dizeres desta carta. (a) Alípio Corrêa Netto, presidente da Comissão Estadual.

E agora, sr. Presidente e nobres Vereadores, a minha palavra.

Não me envergonho de haver militado, na mocidade, em 1932, por-

fica o seu erro, negando apoio a uma resolução rehabilitadora que pretendia recolocar os foros democráticos da Assembleia nos seus devidos termos.

"O mais lastimável desse triste episódio é que os dois grupos que se dividiram em torno das moções fizeram-no obedecendo a intuições políticas subalternas e inconscientes, não demonstrando a menor interesse na defesa da democracia — que é o de que se tratava — mas tão somente na defesa de suas posições política-partidárias eventuais.

"O Partido Socialista Brasileiro condena veementemente tal insinceridade democrática e reafirma o sua posição de lutar com todas as suas forças contra o integralismo e contra esse ambiente deletério que lhe é tão propício. Entende que a Assembleia Legislativa de São Paulo, quer através dos deputados que apreensuram a moção integralista apenas com o intuito de fazer dela um motivo de exploração política o favor do governo, quer através dos deputados que votaram contra ela, por encará-la tão somente com espírito de oposição sistemática, acaba de prestar a maior dos desserviços à democracia".

tento, há 16 anos, não no Partido Comunista do Brasil, a que nunca pertenci, mas no Socorro Vermelho Internacional, organização auxiliar daquele partido. Foi expulso do movimento, em 1932, por indisciplina, por haver protestado contra atitudes e atos que não pareciam injustos.

Seguíam-se os anos de luta de consciência, de estudos, de observação, diante os quais não me filiei a nenhum partido burguês, porque não deixei de ser contra a exploração do homem pelo homem, contra a ganância capitalista.

Essa observação, esses estudos, essa luta de consciência, esse drama está exposto em meu livro "A procura do Cristo", publicado 11 anos antes das insinuações que se fizeram nesta Câmara. E essa luta de consciência foi analisada e compreendida por figuras respeitáveis da literatura brasileira contemporânea, como Nelson Werneck Sodré, Tasso da Silveira, Jorge de Lima, Edgard Cavalcanti, Origenes Lessa, Mucio Leão, Oscar Mendes, Luiz da Câmara Cascudo, Rubens de Amaral, Afonso Schmidt, Tristão de Athayde. O que agora se delata vem com um atraso de muitos anos. Refere-se à minha mocidade e foi contado por mim mesmo e também pelos editores da primeira edição do meu pobre trabalho, lá se vão 11 anos. Eles dizem: "Este livro foi escrito após uma fase inquietante e torturada da vida do autor, que veio do materialismo para o espiritualismo depois de viver, em toda a sua realidade, a experiência das lutas políticas proletárias, ampliando sua observação do mundo e dos homens, passando por sofrimentos e desilusões, pela fome e pelo carcere".

Meus adversários políticos, se estudarem com imparcialidade o meu passado, nele encontrarão o idealismo de um rapaz que se proletariou voluntariamente na luta contra o capitalismo; de um rapaz que andou, por estas ruas de S. Paulo, às vezes sem dinheiro para duas refeições diárias; que se mantinha trazendo livros ("Judeus sem dinheiro", de Michael Gold, "Homens e Máquinas", de Larisa Reissner) e escrevendo reportagens para a imprensa; que conviveu com trabalhadores pauperizados; que se integrou na vida dos explorados e oprimidos pela ganância da burguesia.

Meus adversários saberão que esse rapaz, nos tempos da sua primeira luta política proletária, já era bacharel em Direito e poderia propriamente economicamente defendendo patrões contra operários, defendendo os interesses dos ricos, se não tivesse, desde 1930, ideais socialistas, ainda vagos, indícios.

Esses ideais se firmaram com estudos posteriores sobre o marxismo, concepção filosófica da História e

doutrina política segundo as quais o Estado burguês deve ser abolida pela violência da Revolução Proletária.

Mas esses ideais se ampliaram democraticamente, desde 1934 — e disso tenho testemunhas — quando me tornei espiritualista pela convicção nascida de fatos estudados e controlados cientificamente, comprobatórios da continuidade da vida humana em planos superiores, da sobrevivência da alma, da existência da alma, convicção que hoje não tenho confessor dentro e fora deste templo. Companheiros atuais desses meus estudos poderão corroborar, a qualquer momento, esta profissão de fé espiritualista, incompatível com os princípios materialistas do marxismo.

Onze anos antes da delação que se fez nesta Câmara, eu havia escrito, em meu livro "A procura do Cristo", referindo-me a S. Francisco de Assis, e gostaria que estes palavras e esta experiência fossem ouvidas por muitos jovens da hoje:

"... Foi voluntariamente que despi meus trajes luxuosos para sempre. Tornou-se voluntariamente o mais pobre dos pobres.

E daí, sr. presidente e nobres vereadores, a minha atitude lógica nesta Câmara, no discurso que pronunciei na sessão de instalação distinguindo o linha política do meu partido e reafirmando os meus ideais anti-capitalistas:

"A nossa luta contra os interesses capitalistas — disse eu na sessão inaugural — não se fará com a pregação da violência, do golpe, das surpresas que se tramam na treva. Acreditamos no vitória do socialismo sem o exterminio pessoal de uma classe, vitória dialética, nascida pacificamente das urnas e gerada pelas próprias contradições da ordem econômica e social em que se baseia o regime capitalista".

Continúa na 4.ª pag.

O PSB denuncia as atividades do fascista Plínio Salgado

Como se sabe, os "galinha-verde" de Plínio Salgado, sob a máscara do Partido de Representação Popular realizaram em Campinas uma "Convenção Nacional dos Estudantes" à Assembleia Legislativa do Estado guiada pelo mão do fascista Loureiro Junior, aprovou uma moção congratulatória pela reunião integralista. A esse respeito, o Partido Socialista Brasileiro, pela sua Comissão Executiva Estadual, deu à publicidade dois comunicados, que transcrevemos:

"Ao povo de São Paulo — o partido fascista indígena — agora denominado Partido de Representação Popular — vem de obter da Assembleia Legislativa de São Paulo uma moção de aplauso pelo congresso "sol disant" estudantil que realizou em Campinas, com o intuito de rearticulação e agitação partidária.

"A aprovação de uma resolução dessa natureza pelos deputados paulistas é tanto mais grave quanto é certo que idêntica moção havia sido quase unanimemente repudiada pela Câmara Federal dois dias antes.

"É profundamente doloroso verificar-se que, embora em número reduzido, todos os partidos políticos com representantes na Assembleia, aprovaram o escandalosa moção pró fascista. Justificaram-se alguns desses deputados, posteriormente, alegando que teriam dado sua aprovação inadvertidamente, ignorando o alcance que a moção poderia ter e efetivamente tem. É óbvio que a inadvertência não pode excusar nem di-

minuir a enormidade do erro; ao contrário, é mais uma agravante a cepear em desabono desses deputados, que não sabem ou não querem cumprir honrosamente o mandato que lhes foi conferido pelo povo.

"O Partido Socialista Brasileiro, que não tem representantes na Câmara Estadual, vale-se deste ensejo para denunciar veementemente a opinião pública todos os deputados que votaram pela moção fascista e todos os partidos que tendo-os em seu seio não tomaram ou tomarão providências imediatas e públicas para a repressão desse grave erro à consciência democrática do Estado e do país.

"O Partido Socialista Brasileiro, quanto lhe concedam suas forças, não permitirá que o fascismo, oculto ou escancarado, volte a se entrançar no Brasil. Partido Socialista Brasileiro — Comissão Estadual de São Paulo. (a) Plínio Gomes de Melo — secretário geral".

No dia 31 de julho, depois da Assembleia Legislativa ter insistido no erro, a Comissão Executiva Estadual lançou um segundo manifesto:

"O Partido Socialista Brasileiro sente-se no dever de vir a público, ainda uma vez deplorar a atitude da Assembleia Legislativa do Estado, no que se refere à questão do congresso integralista realizado em Campinas. Depois de ter aprovado uma moção de congratulações por esse conclave fascista, quando parecia tê-lo feito por inadvertência, a Assembleia, agora, praticamente rati-

A CAMPANHA EM PROL DO PETROLEO NACIONAL

A propósito da orientação que vem sendo dada à campanha de defesa do petróleo brasileiro, a Comissão Executiva Estadual do P.S.B. em São Paulo dirigiu a todos os comitês municipais e grupos de base do partido a seguinte circular:

O Partido Socialista Brasileiro já tomou posição pública em face do problema do petróleo. Fé-lo através de uma decisão da Comissão Nacional e dos discursos do deputado Hermes Lima na Câmara Federal. O Partido Socialista Brasileiro manifestou-se, nas atuais circunstâncias, a favor da nacionalização do petróleo e da sua exploração sob forma de monopólio de Estado, e contra as concessões aos trusts estrangeiros. Esta posição é decorrência lógica de nosso programa, sustentando-se, naturalmente, que pleiteando a nacionalização da indústria petrolífera, tudo fará para que a mesma se processe segundo as normas previstas no nosso programa.

Iniciou-se, e está tomando vulto, uma campanha popular, organizado sob a forma de Centros de Estudo e Defesa do Petróleo, que mobiliza as massas, visando levá-las à luta contra o Estatuto do Petróleo que se propõe entregar a exploração das jazidas aos trusts internacionais. Esta campanha está tomando feições perigosas e ameaça transformar-se em movimento demagógico, de conteúdo nacionalista-chauvinista.

É dever de todos os socialistas que participam mais ou menos diretamente nesse movimento, evitar, na medida de suas possibilidades, a deturpação do mesmo, a sua utilização para fins partidários inconfessáveis, e, ao mesmo tempo fazer com que chegue ao conhecimento de to-

dos a posição do Partido Socialista na questão do petróleo.

É, assim, indispensável que sejam, em todas as oportunidades, frisados os seguintes pontos, com o máximo clareza:

1. — O Partido Socialista é de opinião que a solução adequada do problema do petróleo não tem as virtudes de uma varinha de condão no sentido de resolver definitivamente a calamitosa situação econômica, política e social em que nos encontramos. Outros problemas tão ou mais importantes como, por exemplo a reforma agrária, devem ser resolvidos com urgência, afim de minorar os sofrimentos das massas trabalhadoras. O Partido Socialista, embora lutando por reivindicações imediatas, capazes de serem satisfeitos no atual regime e a nacionalização da indústria petrolífera é uma delas está convencido de que somente a transformação econômica e política do atual regime no sentido socialista é a solução eficaz para a profunda crise que nos assoborba.

2. — O Partido Socialista é contra a entrega das jazidas petrolíferas aos trusts estrangeiros, não pelo fato de serem estrangeiros e, sim, por serem trusts. Atitude análoga tomaria o P.S.B. se se tratasse de um trust petrolífero nacional. Deve ser ressaltado o caráter de trust internacional e não estrangeiro e a política adotada pelos mesmos no sentido de explorar e escravizar as

massas trabalhadoras e fomentar revoltas e guerras em benefício dos lucros a serem auferidos pelos capitalistas associados nos referidos trusts. O Partido Socialista opõe-se, assim, com toda a energia, a uma possível demagogia nacionalista de luta de luta contra o entrega do petróleo aos trusts capitalistas internacionais.

3. — O Partido Socialista é pela exploração do petróleo sob a forma de monopólio de Estado em oposição à que entrega aos grupos capitalistas nacionais ou estrangeiros, que apenas visariam auferir lucros de sua exploração em detrimento dos interesses do povo trabalhador. Mas, o P.S.B. quer que esse monopólio de Estado, ou seja, a nacionalização da indústria petrolífera, se realize segundo as afirmações de nosso programa, isto é, que seja assegurada a participação dos trabalhadores na direção das empresas a serem criadas. É preciso esclarecer, em todas as oportunidades, que a participação dos trabalhadores na direção das empresas nacionalizadas é indispensável para evitar que as mesmas sejam exploradas em benefício exclusivo das atuais classes dominantes e se transformem em elemento para um futuro capitalismo de Estado, econômico e politicamente totalitário.

A Comissão Executiva Estadual de São Paulo lança um apelo a todos os militantes socialistas para que tornem público, em todas as oportunidades, e com toda a clareza, a posição do P.S.B. na questão do petróleo.

R E S P O S T A

Conclusão da 2.ª pag.

Sr. Presidente e nobres Vereadores, um marxista, um materialista, um filiado ao movimento comunista socialista não poderia dizer estas palavras que preferi na sessão inaugural e vou agora repetir:

"Esse ajustamento socialismo e liberdade — não foi realizado pela ditadura do Partido Comunista na Rússia, por isso mesmo que se trata de uma ditadura, isto é, de um governo baseado em princípios rígidos, que transformam em totalitarismo liberticida o seu vasto sistema burocrático".

Sr. presidente, se eu fosse hoje o que fui há 16 anos — marxista, materialista, acreditando na violência da Revolução Proletária para abolir o capitalismo — eu o diria abertamente, em comícios, onde quer que fosse, porque não tenho o menor receio de dizer o que penso e o que sinto.

Mas não sou hoje o que fui há 16 anos, sou hoje um espiritualista convicto que luta pelo socialismo, luta contra a ganância capitalista, por meios legais, parlamentares, democráticos. Ideologicamente e praticamente, não aceito nenhuma espécie de ditadura. Opanho-me à ditadura proletária dos russos, que surgiu como provisória e se tornou definitiva. Pretendo, acima de tudo, a liberdade de pensamento e palavra, considero um erro e um perigo a política de perseguições e prisões por idéias. As idéias combatem-se com idéias e não com a força, não com a violência. É não vejo lógica em prender comunistas, totalitários da esquerda e deixar o salto integralistas, nazistas, fascistas, totalitários do direita.

Pertencço a um partido que defende de este lema: socialismo e liberdade. O socialismo com as liberdades fundamentais da criatura humana, liberdades sem as quais a criatura hu-

mana deixa de ser o que é. Com essas liberdades o socialismo está em marcha na Inglaterra. Por que não há de acontecer a mesma coisa no Brasil, em todo o mundo e um dia na própria Rússia? A verdade é que munda caminha para o socialismo.

Mas, se ser comunista, é agir como tenho agido nesta Câmara; se é combater um prefeito que foi suspenso de sua profissão pela Ordem dos Advogados; se é denunciar representantes do povo que defendem envenenadores do povo; se é mostrar o absurdo de se querer comprar por 10 milhões de cruzeiros uma pedreira que vale apenas 1 milhão e 500 mil; se é pleitear a isenção de impostos para o livro; se é pedir ou exigir que o Prefeito construa prédios escolares; se é denunciar negociantes inidoneos que se aproximam de um próprio do Município para realizar transações duvidosas; se é criticar tudo o que me parece constituir desmando administrativo; se ser comunista é agir assim, então, sr. presidente não sou apenas eu o comunista desta Câmara, porque muitos e nobres vereadores sabem trabalhar e bem combate melhor do que eu.

Sr. presidente, a opinião que faz de mim uma pessoa o grande médico brasileiro Alípio Corrêa Netto, presidente do meu partido, importa muito mais, para mim, do que a insinuação que aqui se ventila.

Alípio Corrêa Netto, um dos maiores médicos do nosso País, ou antes e melhor, um dos maiores cirurgiões da atualidade, é também um grande soldado que respeito. Alípio Corrêa Netto foi expor a vida, durante a guerra, no próprio campo da luta contra o nazi-fascismo, contra o totalitarismo da extrema direita, contra os inimigos da liberdade, do homem.

Derrotado o nazi-fascismo, garantidas as liberdades democráticas de nosso terra, ou esta pequena soma de liberdades democráticas da nossa terra, Alípio Corrêa Netto, João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco e todos os seus os seus companheiros, entre os quais tenho a honra de defender o programa do Partido Socialista Brasileiro, legalmente, democraticamente, nos parlamentos ou fora deles, programa sintetizado nos duas palavras do nosso lema! — Socialismo e Liberdade".

O VEREADOR SOCIALISTA ALERTA A CÂMARA MUNICIPAL

Conclusão da 6.ª pag.
de baile volaria quando muito uns 200 mil cruzeiros. Ou talvez menos. Mas a velha omeiguinha do sr. prefeito, que há pouco tempo recebeu dos mãos do "teatrólogo" um lindo revolverzinho importado da Itália, acha que é bem melhor pedir 1 milhão e 200 mil...

O processo está correndo pela Prefeitura. Se esse pagamento se fizer, será mais um alfinete espetado no viva memória do povo.

A Câmara deve estar vigilante, para que não se realize negociação como aquela da exposição do quarto centenário ou como esse do Teatro Municipal.

Quanto ao segundo, informo que o contrato de concessão está para terminar e criaturas espertas já sentem água na boca. Devemos impedir a repetição da escandalosa Teuninari o contrato no próximo dia 4 de julho, porque os espetáculos havidos como contratados pela Prefeitura, e por isso pagos à razão de 50 mil cruzeiros, cada um, tiveram início em 5 de julho de 1947, com o apresentação da Companhia italiana de Comédias, Diana Torrisi-Sergio Tolano.

Não podemos permitir que haja uma reprise da comédia dessa concessão, por meio de uma concorrência aberta e fechada enquanto estivermos de férias".

REPUDIÃO...

(Conclusão da 1.ª Pagina)

5.0 — Repudiando a doutrina do capitalismo de estado, do nacionalismo soviético e do imperialismo armado (que se concretizam no estado totalitário russo), os socialistas repudiam, em consequência, os seus representantes, isto é, os diferentes Partidos Comunistas, entre os quais está o brasileiro. Todos eles, mais ou menos declaradamente conforme o país, visam a implantar o estado totalitário, que se revelou incompatível com o socialismo verdadeiro, de vez que esmaga a democracia proletária.

6.0 — Os socialistas não esperam que o Partido Comunista possa desenvolver uma linha coerente de luta pelo povo, visto que é obrigado a amoldar-se às diretrizes vindas da URSS — o que os poderá levar a propor reformas progressivas em fase de revolução popular ou golpes armados em fase de tática conciliatória. Deste modo, os socialistas repelem o Partido Comunista tanto como expressão pretensa do comunismo, quanto como partido brasileiro — isto é, sob o ponto de vista geral e sob o ponto de vista particular.

7.0 — Na sua crítica ao Partido Comunista, o Par-

tido Socialista distingue a massa proletária da elite dirigente. Esta, cegamente obediente às formulas russas; aquela, em grande parte caracterizada por uma admirável consciência de classe e denotadoras de vocação uma intrepidez política socialista capaz de servir de base às conquistas mais fundamentais do socialismo. E é esta circunstância que nos torna mais confiantes no futuro das lutas sociais no Brasil.

8.0 — Repelindo a teoria e o movimento representados pelo Partido Comunista, o Partido Socialista poderá, no entanto, colaborar com os antigos comunistas e com qualquer outro partido que não seja fascista, em questões de detalhe. Na questão da anistia aos presos políticos, os agrupamentos socialistas e anti-fascistas colaboraram com os comunistas: atualmente, na questão do petróleo, poderemos com eles colaborar: na Câmara Federal, os nossos deputados se aliaram a eles mais de uma vez em questões de ordem prática, como ainda hoje se aliam, para os mesmos fins, a deputados de partidos burgueses.

9.0 — Esta atitude é consequência do próprio

panorama político brasileiro. Embora mantenhamos a maior independência em relação aos demais partidos, denunciando-os sem exceção, temos que lutar pelas reivindicações indispensáveis à manutenção do precário regime democrático em que vivemos e portanto, temos frequentemente de compor forças. Podendo nos encontrar com os comunistas no campo parlamentar e, mesmo, na atividade legal, falamos sem a menor concessão teórica e mantendo no plano geral as nossas reservas.

10.0 — No seu ataque ao Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro não o considera em separado dos outros partidos, porque se opõe igualmente a todos, mesmo quando se articula com eles em questões práticas. Com o Partido de Representação Popular não admite colaboração de espécie alguma: quanto ao Partido Social Democrático, sabe que é o principal baluarte reacionário no seio da burguesia; em relação aos demais, sabe que a União Democrática Nacional é instrumento da burguesia liberal a serviço de interesses comerciais, latifundiários, industriais e bancários; sabe que o Partido Trabalhista Brasileiro e o Parti-

Folha Socialista

O vereador socialista alerta a Câmara Municipal

Quando da aproximação do período de férias da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Cid Franco, do Partido Socialista, falando a respeito da concessão do Teatro Municipal a particulares, disse entre outras coisas:

"Já não me quero referir à escandalosa concorrência de 15 dias para uma grande exposição que será realizada daqui a seis anos. Retiro-me a toda e qualquer concorrência que o prefeito manda abrir, seguindo esse absurdo critério, isto é, invadindo a nossa competência.

Vamos entrar em férias. Se cabe à Câmara legislar sobre o assunto, nenhum valor possui, com muito maior razão, qualquer concorrência que o Executivo tome a iniciativa de abrir durante as férias legislativas, iludindo a vigilância que nos cumpre exercer.

Estou informado de que, durante as férias da Câmara, será aberta concorrência para nova concessão do Teatro Municipal. É outro negócio que devemos obstar.

Sabemos como se realizou a concessão atual, que tantos benefícios veio dando a uma senhora talvez entendida em vestidos e modas, mas não, em teatro. Simulou-se uma concorrência. Criou-se para a beneficiária uma questão de fato, que a Câmara Legislativa do Estado achou melhor aceitar, para que a Prefeitura não tivesse depois maiores prejuízos...

E uma senhora que entende tanto de teatro como nós entendemos de

arte e costura abiscoutou uma concessão que lhe rendeu verdadeira fortuna. Das 5 milhões de cruzeiros do contrato já deve ter recebido mais de 4 milhões.

Com muito menos de 5 milhões de cruzeiros poderia a Municipalidade criar uma escola de teatro, incentivar o teatro nacional, e ainda sobriariam recursos para a apresentação de companhias estrangeiras. Nunca o Teatro Municipal, em toda história de sua existência foi tão dispendioso aos municípios como agora. Cinco milhões de cruzeiros, durante um ano, para uma ouzada matrona que nada sabe de teatro!

Despesas com funcionários, iluminação, limpeza, e tudo pago pela Prefeitura. Um negócio extraordinariamente vantajoso para a "teatrológica" sra. Angiolina Grimaldi.

E há uma cena deveras interessante nessa comédia. A profezinha do concessionário, cuja devoção ao teatro nos comove profundamente pede agora mais alguma coisa: — a ninharia de mais ou menos 1 milhão e 200 mil cruzeiros, como indenização relativa a coros, orquestra e corpo de baile, que tomaram parte na temporada lírica.

É só? — perguntará o povo. Respondo que é só. É só mais esse ultraje à miséria em que vivem milhares e milhares de paulistanos. Cotidinho da sra. Grimaldi! Aquela história de coros, orquestra e corpo

Continúa na 4.a pag.

Em defesa da Autonomia Sindical

Não há trabalhador ou empregado que não tenha tido relações com seu sindicato. Todos lhe pagam um dia de salário embora nem sempre saibam para que. O pior é que a maioria das vezes em que teve contacto com sua associação de classe, esse contacto foi desagradável ou contraproducente.

Uma minoria, no entanto, não só teve esse contacto, como participou mesmo intensamente de sua vida. Os melhores dentre esses precisamente os que se devotaram à causa sindicalista, estão hoje afastados do sindicato. Por que? Por vários motivos.

Uns porque foram simplesmente excluídos à força, por perseguição policial ou abuso da burocracia ministerial. Outros o foram por denúncia ou acusação falsa ou verídica de comunismo. Enfim, houve também os que, revoltados, deixaram os sindicatos quando o governo, a pretexto de acabar com ingerência do Partido Comunista nas direções sindicais, ocupou ilegalmente esses organismos.

Uma vez os agentes ministeriais refestelados nos postos dirigentes, o resto de vida que tinham os sindicatos desapareceu. Ali ficaram apenas aqueles agentes, intencionalmente donos da organização. Sócios, viram-se com as mãos livres para manipular os cofres sociais e dispor à vontade do dinheiro do fundo social sindical.

Os sindicatos, de órgãos de representação de classe, transformaram-se em meras agências governamentais, na maioria dos casos servindo os interesses opostos dos membros da Federação dos Industriais.

No intuito de realizar essa política reacionária e anti-trabalhista, os interventores expulsaram sumariamente todo o sindicalista que não quizesse rezar por sua cartilha.

O labéu comunista, pregado a

tanto e a direito, servia de motivo a esse expurgo em massa. A verdade, entretanto, é que a maioria dos excluídos nunca foi comunista nem se compõe de empregados e assalariados apolíticos, quando não é de militantes católicos, como no caso dos proletários da Juventude Operária Católica.

Há milhares e milhares de sindicalizados como estes expulsos sem nunca terem sido ouvidos nem chamados a defender-se. As portas dos sindicatos lhes foram simplesmente fechadas. Os recibos de mensalidade lhes foram negados. Os tempos, os que insistiam em cumprir seu dever de sindicalizados, foram apontados à polícia como comunistas e por isto como tais escorraçados.

À lado dessa camada de veteranos sindicais, há uma nova geração ansiosa por encetar a luta pelos direitos dos trabalhadores, e por isso também bate ela às portas dos órgãos de classe. Esses, porém, estão trancados a todo elemento sadio, saído das fileiras do trabalho, porque lá dentro só entram os ministerialistas, os demagogos a serviço de totalitarismo e os compadres do alto patronato.

Enquanto o regime de intervenção permanecer, não há força capaz de abrir as portas dos sindicatos aos verdadeiros líderes da classe proletária. Esses líderes não querem trazer para dentro dos sindicatos o partidismo político. Por isso mesmo, eles se batem, por exemplo, contra a dominação do Partido Comunista dentro das organizações de classe. O sindicato não é um lugar para política partidária, nem para lutas ideológicas. Mas também não querem eles que suas associações de resistência sejam abocanhadas por burocratas ministeriais. Do contrário, o sindicato não será um órgão de resistência e de defesa dos interesses dos proletários mas uma re-

partição do Estado, que, ao invés de defender os operários e empregados, impõe a estes a política ou a vontade do governo.

Assim, enquanto esse regime de intervenção prevalecer, a massa trabalhadora continuará a mercê dos figurões políticos, de mãos dadas com os tubarões da plutocracia, inteiramente subordinados à vontade discricionária do Ministro do Trabalho.

Sindicato estatalizado não é sindicato. Na democracia o sindicato é livre. Nas regimes totalitários, o sindicato é castrado e amarrado ao carro do Estado. O proletário ou o empregado livre, assim, sem defesa, quer em face do poder estatal onipotente, quer em face dos mais fortes e dos mais ricos.

São essas considerações que levaram o Partido Socialista a agir no sentido de acabar com esse nefasto regime de intervenção. Tal objetivo de se consubstanciar no projeto de lei sindical de emergência, elaborado pelo nosso companheiro, deputado João Mangabeira.

O projeto atende aos verdadeiros interesses da classe de empregados, e a sua aprovação será a emancipação dos sindicatos da tutela ministerial. Não pode haver verdadeira militante sindical que não considere esta emancipação como a necessidade primeira do sindicalismo brasileiro. Militantes operários católicos ou militantes operários socialistas, como os militantes operários democráticos, estão aqui unidos praticamente na defesa da mesma causa, e da autonomia sindical. Esta é indispensável para que o sindicato possa desempenhar sua missão principal, que é de resistir e de lutar na defesa dos direitos e interesses dos assalariados, quer em face do Estado quer em face da organização patronal, quer em face dos partidos políticos.

A lei de emergência propõe uma eleição geral, por voto secreto, em todo Brasil, do diretório e do conselho fiscal dos sindicatos. Para que a polícia não ameace os trabalhadores e empregados, e para que os burocratas ministeriais não intervenham nas eleições e as manipulem como é de hábito, em favor de seus apiguados, o projeto manda que ela seja presidida pela justiça eleitoral.

As mesas que serviram no último pleito servirão também nessa eleição sindical. Para que todo operário, todo empregado de comércio, todo bancário, possa participar dela, sem prejuízo e sem desperdício de tempo, a eleição se fará no próprio local de trabalho, e em hora de serviço. Quer dizer: o bancário votará no seu banco, o caixeiro na sua loja, o tecelão na sua fábrica, o mecânico na sua usina, e assim por diante.

O votante receberá integralmente o seu salário no ordenado, como se em serviço estivesse. Quando se tratar de profissão como de marítimo ou de ferroviário, votará o bairdo ou nos trens.

O projeto prevê, também, que todos aqueles que foram excluídos sem defesa serão reintegrados nos seus direitos de sindicalizados a partir da publicação da lei.

O Partido Socialista espera, portanto, o apoio para o seu projeto, de todos os trabalhadores e empregados, sem distinção de crença ou ideologia. Conta também com a simpatia de todos os democratas sinceros, inimigos dos extremistas totalitários, por compreenderem que a democracia não subsiste onde o proletário não dispõe soberanamente do seu sindicato, instrumento de luta e de resistência contra a ganância do capitalismo e arbitrariedade governamental.

Comissão Executiva Nacional do PSB

O CONGRESSO DOS ESTUDANTES

A instalação do XI Congresso Nacional de Estudantes foi um ato que merecia e devia ter tido a presença de muitos outros homens de responsabilidade na vida nacional além do governador de Minas Gerais e dos poucos parlamentares que lá estavam. (Solve um lapso do observador, não compareceu nenhum representante do Executivo federal). Curtos dos nossos homens públicos mais responsáveis, acaso iludidos por maus informantes, ou por si mesmos, pelo otimismo enganador de quem, detendo ocasionalmente o poder material, julga deter também o domínio de todos os espíritos, tomando pelo opóio voluntário e consciente da opinião pública o coro de aplausos e louvores dos eternos aduladores ou o silêncio dos comodistas, teriam naquela solenidade o testemunho direto do verdadeiro estado de espírito da mocidade universitária de todo o Brasil através da palavra dos seus líderes, informados como a ilegalidade oficial e a prepotência e animadas da tranquila coragem necessário para denunciá-las.

As atividades da União Nacional dos Estudantes, e, principalmente, os seus congressos anuais despostam, sem dúvida, o que desejavam ver o juventude do Brasil alheia aos problemas nacionais, desviada como em outras épocas, pela tradicional boemia estudantil, em decadência, e desligada dos sofrimentos, inquietudes e reclamos da coletividade. Para esses, o estudante deve ser necessariamente "apolítico". Há pretextos enganosos, que podem fascinar os desatentos ao sentido real da questão, para se adotar essa posição de ausência dos jovens das lutas

cívicas. Um deles é a "inconveniência" de desviarem eles do estudo parte do seu tempo e das suas energias. Outro é a prevenção contra a norma totalitária de arrematamento das famosas "Juventudes".

Quanto à primeira objeção, o interesse pela política — isto é pela coisa pública — não precede tão gravemente as demais atividades do indivíduo, e nem todos os que fazem política ativa, que exercem cargos políticos, têm, por isso, de abandonar seus mistérios profissionais. Mais: ninguém pode negar o sentido instrutivo do estudo das questões de interesse nacional, social, humano que se compreendem na esfera das atividades políticas. Ainda: um universitário é, em geral, um cidadão, um brasileiro a quem a lei já concede o direito, ou melhor, impõe o dever de votar, e não é justo nem conveniente nem útil que os costumes — ou um preconceito — os impeçam de, desde logo, se instruírem e se habilitarem para melhor exercício desse direito e melhor cumprimento desse dever, aprendendo, pela iniciação política, a votar conscientemente e com acerto.

Em relação ao espantelho das "Juventudes", se é certo que a arrematamento de jovens e crianças pelos governos ou pelos partidos totalitários significa uma exoração de inexperientes pelos métodos do "dirigismo", não é menos certo que a democracia tem o dever de estimular (abviamente por processos que nela têm a ver com os do anquadramento fascista) o interesse dos jovens pela coisa pública. E só podemos desejar que os partidos democráticos organizem também os

suas sessões juvenis interessando-as no estudo dos problemas gerais, criando-as no conhecimento de questões nacionais pelo debate livre e pela ação partidária, não prematura no caso de jovens maiores de dezoito anos, estudantes e já plenamente cidadãos.

O politicismo — ressalvados os casos de temperamentos especiais, avessos irremediavelmente a essa forma de atividade — é sinônimo de desinteresse patriótico, de conformismo e comodismo, de deserção dos deveres cívicos. É essa posição negativa que os estudantes brasileiros repelem, cada dia em proporção mais larga e com intensidade maior.

No ato inaugural do XI Congresso, tivemos uma impressão marcante desse estado de ânimo dos estudantes brasileiros. Os discursos dos representantes de quase todos os Estados evidenciaram não apenas a compreensão lúcida e um interesse apaixonado pelos problemas específicos da classe, mas também uma integração perfeita da juventude universitária no drama da vida nacional destes dias. Acima da filiação tendências partidárias de cada um, há uma série de questões vitais para o país que unificam o pensamento e a ação dos jovens: a defesa dos direitos e liberdade dos cidadãos, que um miserável sistema de arbitrio e truculência policial tornaram letra morta na Constituição; o defesa da petrodóla nacional contra a investida do capital estrangeiro, escravizador e esmoecedor de povos fracos e incultos; a efetivação do prometido e até agora burlado restauração da democracia no Brasil; as aspirações de justiça so-

cial que aproximem, pelo menos, o Brasil do rumo a que o pensamento socialista vitorioso conduz o mundo atual.

Naquele conjunto de vozes representativas da mentalidade, da psicologia, das aspirações e angústias de cada região do Brasil, constituiu uma nota dramática o clamor dos representantes dos Estados do norte — os enteados da União — contra a fome, o otrose, o abandono dessas populações e a irritação dos planos demagógicos com que os governos têm insultado a miséria da Amazônia, os sofrimentos do Maranhão, do Ceará, do Piauí, de todo o norte e de todo o nordeste, em alguns casos como o de Alagoas, agravada a situação econômica de calamidade com um governo de cangaço.

Esse sentido cívico do Congresso explica a surda prevenção e o ódio feroz de certos setores do governo contra as iniciativas da U.N.E. A polícia política, após a solenidade, encontrou um meio e um pretexto — uma alteração entre dois estudantes — para mais uma das suas exibições de brutalidade. E a Prefeitura mandou, quatro dias depois, arrancar, as faixas alusivas ao Congresso, apostas em frente ao edifício, e seus policiais o fizeram em termos de provocação e com ameaças irritantes a toda uma precifera multidão de jovens, vindos de todos os recantos do Brasil para verem a metrópole sob o domínio de uma selvageria policial que nem em todos os vilarejos do interior mais remoto ainda prevalece.

OSÓRIO BORBA